

FATOS IMPORTANTES QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

IMPORTANT FACTS THAT GUIDE RURAL EDUCATION

DATOS IMPORTANTES QUE GUÍAN LA EDUCACIÓN RURAL

Soleika Gorete Lunkes¹

José Gilmar Kurtz²

Erica Beathalter Klein³

Silvana Lamp Stael⁴

Diogenes José Gusmão Coutinho⁵

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar fatores importantes sobre a Educação do Campo no Brasil. O assunto foi exposto em três principais dimensões: o próprio conceito de Educação do Campo, sua trajetória no Brasil e sua interligação com os movimentos sociais; os percalços e as possibilidades encontradas, e por fim, os estudos que envolvem o tema. Para a realização deste estudo foi utilizado como metodologia a revisão de literatura. Este tipo de pesquisa fornece ao pesquisador um repertório grande de estudos publicados na área que podem dar subsídios para encontrar diversas possibilidades de atuação, bem como refletir sobre possíveis intervenções. Foi realizada uma breve revisão em diversos periódicos desde os anos de 1996 a 2025. É perceptível o quanto já foi alcançado em relação à Educação do Campo no Brasil, graças aos movimentos sociais, mas ainda é um processo inacabado e pouco estudado. A luta por uma educação básica de qualidade é um compromisso público e de direito àqueles que vivem do campo e no campo. Muitos estudos voltados para esta temática vêm sendo desenvolvidos e desta forma, a compreensão do processo histórico, do conceito, desafios e possibilidades quanto a Educação do Campo são necessários.

2958

Palavras-chave: Revisão. Educação do Campo. Trajetória.

¹ Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR (2011), Graduação em Licenciatura em Química pela UTFPR (2016), Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela UTFPR (2017) e Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Alfamérica (2019). Mestre pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO (2023). Especialista em Educação Especial pela Bagozzi (2016), Especialista em Educação do Campo pela Bagozzi (2016), Especialista em Gestão Escolar pela UCESP (2016) e Especialista em Psicomotricidade pela Faculdade São Luiz (2016). Atualmente é doutoranda em CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO pela Christian Business School. Atua como docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Pedro Álvares Cabral – EMPAC/Santa Helena – PR e como docente na Educação Infantil na Escola Municipal Dona Leopoldina – Itaipulândia – PR.

² Graduado em Educação Física pela Uniguaçu Faesi (2008). Licenciado em Filosofia pela Unipar - Universidade Paranaense (2018). Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e Educação do Campo pela Faculdade São Luís (2020). Licenciado em Pedagogia pela União Brasileira de Faculdades – UNIMESTRE – Sistema de Gestão Educacional, 2023.

³ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (2009). Mestranda pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO (2024). Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Celer (2010) e Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade São Braz (2014). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental/Anos Iniciais desde 2003. Atualmente, atua como gestora educacional na Escola Municipal Pedro Álvares Cabral – Educação Infantil e Ensino Fundamental/Santa Helena.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (2009). Especialização em Educação Especial UNIVALE - Faculdade Integradas do Vale do Ivaí (2011), Especialista em Arte, Inclusão e Educação do Campo pela FICA - Faculdade Integradas Camões (2014). Especialista em Ensino Lúdico pela Faculdade de Educação São Luís. Jaboticabal – SP (2019). Atua como docente no Ensino Fundamental na Escola Pedro Álvares Cabral - Santa Helena - PR. Mestranda pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO, (2024).

⁵ Doutor em biologia pela UFRPE. Mestre em biologia pela UFPE. Doutor em biologia pela UFPE. Atualmente é Professor Dr. Na Christian Business School.

ABSTRACT: This article aims to address important factors regarding Rural Education in Brazil. The topic was presented in three main dimensions: the concept of Rural Education itself, its trajectory in Brazil, and its interconnection with social movements; the obstacles and possibilities encountered; and, finally, the studies addressing the topic. This study used a literature review as the methodology. This type of research provides the researcher with a large repertoire of published studies in the field that can inform the identification of diverse possibilities for action, as well as reflection on possible interventions. A brief review of several journals from 1996 to 2025 was conducted. It is clear how much has already been achieved in Rural Education in Brazil, thanks to social movements, but it remains an unfinished and understudied process. The fight for quality basic education is a public commitment and a right for those who live in and on the countryside. Many studies focusing on this topic are being developed, and thus, an understanding of the historical process, concept, challenges, and possibilities regarding Rural Education is necessary.

Keywords: Review. Rural Education. Trajectory.

RESUMEN: Este artículo busca abordar factores importantes relacionados con la Educación Rural en Brasil. El tema se presentó en tres dimensiones principales: el concepto mismo de Educación Rural, su trayectoria en Brasil y su interconexión con los movimientos sociales; los obstáculos y posibilidades encontrados; y, finalmente, los estudios que abordan el tema. Este estudio utilizó una revisión bibliográfica como metodología. Este tipo de investigación proporciona al investigador un amplio repertorio de estudios publicados en el campo que pueden orientar la identificación de diversas posibilidades de acción, así como la reflexión sobre posibles intervenciones. Se realizó una breve revisión de varias revistas entre 1996 y 2025. Es evidente cuánto se ha logrado ya en la Educación Rural en Brasil gracias a los movimientos sociales, pero sigue siendo un proceso inacabado y poco estudiado. La lucha por una educación básica de calidad es un compromiso público y un derecho de quienes viven en y sobre el campo. Se están desarrollando numerosos estudios centrados en este tema, por lo que es necesario comprender el proceso histórico, el concepto, los desafíos y las posibilidades de la Educación Rural.

2959

Palabras clave: Reseña. Educación Rural. Trayectoria.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de esquecida por anos, a Educação do Campo é uma realidade recente no Brasil e surgiu a partir de movimentos sociais como forma de reconhecimento dos direitos dos que vivem no campo (PIRES, 2013) ou como enfatiza Oliveira (2008) “não mais de uma educação para o campo, mas uma educação ‘do campo’”.

A história da Educação do Campo relaciona aspectos culturais, sociais e políticos, bem como as lutas sociais, movimentos sindicais e diversas organizações sociais, universidades, ONGs, secretarias estaduais e municipais, etc. Tem sido introduzida com o intuito de oferecer as pessoas que vivem no campo uma educação diferenciada das que vivem nas cidades e com qualidade (Secad/MEC, 2007).

Além disso, a educação para o campo está inserida no contexto da educação com a sustentabilidade ambiental, agrária, agrícola, social, econômica, política, cultural, igualdade de gênero, geração, étnico-racial e diversidade sexual. Ou seja, uma educação que sobressai o espaço

geográfico e compreende também as necessidades culturais e formação integral das pessoas (PIRES, 2013).

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo central apresentar a educação do campo, elemento que tem se desenvolvido de forma intensa nas últimas décadas no Brasil. Serão evidenciados quatro eixos principais: o conceito de Educação do Campo; sua trajetória no Brasil e sua interligação com os movimentos sociais; os percalços e as possibilidades encontradas, e por fim, os estudos que envolvem o tema.

2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O conceito Educação do Campo não existia há 25 anos e para compreender esse conceito é importante ressaltar que a Educação do Campo surgiu a partir de demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentados da reforma agrária (FERNANDES, 2006).

É compreendida como resultado de um movimento nacional, engajado por: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Contag (FERNANDES, 2006).

2960

Apesar de apresentarem diferenças entre si, a Educação do Campo e a Reforma Agrária são complementares, visto que a Educação na Reforma Agrária é uma modalidade de Educação do Campo, uma política de desenvolvimento às áreas rurais, voltada para o campesino, que pode ou não pertencer aos assentamentos rurais (DOS SANTOS E MIGUEL, 2012).

A Educação do Campo é resultado da luta dos educadores do campo pelo direito à educação das pessoas que vivem do e no campo (BARBOSA, 2012), ou seja, a população rural, como os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 1996; BRASIL, 2008).

De acordo com Caldart (2008), a Educação do Campo faz parte da tríade campo-política pública-educação e é preciso manter esse conceito. Desta forma, o autor afirma que:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária

com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2008).

Para De Souza (2012), a Educação do Campo caracteriza-se como uma construção coletiva, que surgiu a partir de questionamentos das práticas desenvolvidas nas escolas dos assentamentos da reforma agrária e que foi ampliada para o âmbito das políticas, com destaque para as lutas pelo acesso à educação básica e superior, contra o fechamento de escolas, pela formação dos professores e infraestrutura adequada nas escolas.

Rocha et al. (2005) descreve a Educação do Campo como toda ação educativa que inclui espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, além de espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, pantaneiros e extrativistas e baseia-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações, seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

Em relação à Educação do Campo, cabe salientar ainda a criação no Ministério da Educação do Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre educação do campo o qual instituiu os princípios da Educação do Campo, são eles: a educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido; a educação do Campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável; a educação do campo e o respeito às características do campo (DE SOUZA, 2012).

2961

3 TRAJETÓRIAS IMPORTANTES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A educação brasileira sempre apresentou problemas, porém no ambiente rural a situação além de ser pior, nunca teve políticas públicas específicas (ROCHA et al., 2005). Além disso, mesmo o país sendo essencialmente agrária, a educação rural não foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891 (SOUZA E REIS, 2009).

Esse quadro começou a mudar a partir de movimentos sociais e sindicais na década de 90, que pressionavam a construção de políticas públicas e propostas pedagógicas para a população do campo (ROCHA et al., 2005). O movimento nacional chamado “Educação Básica do Campo” visa mobilizar a população do meio rural para construção de políticas públicas específicas que garantam seu direito a educação no campo, e também contribuir na reflexão político-pedagógica das práticas educativas que se desenvolvem vinculadas a sua realidade e das lutas sociais de seus povos (PAESE, 2008).

O MST participa deste movimento que começou em 1997, com o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (SOUZA E REIS, 2009).

Em 1998, foi realizada a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Neste evento, foi instituída uma forma diferente de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo, a Educação do Campo (CALDART, 2008).

Outro passo importante foi a aprovação em 2002 da resolução das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996. Estas diretrizes vêm desenvolvendo um processo de mobilização e envolvimento social com o intuito de fortalecer a construção de políticas públicas para garantir o acesso e permanência a educação de qualidade para a população do campo (ROCHA et al., 2005).

No ano de 2004, ocorreu a II Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo na qual foi aprovada a Carta de Porto Barreiro, que descreve diversos compromissos, como: 1) Trabalhar para construção e elaboração de um projeto popular para o Brasil e um projeto popular de desenvolvimento para o campo; 2) Fortalecer a educação do campo; 3) Dialogar com os governos para implementação dos municípios de uma política de educação do campo; 4) Trabalhar a auto-estima e valorização dos povos do campo; 5) Fomentar pesquisas nesta área; 6) Envolver as universidades para auxiliar as iniciativas dos movimentos populares e desenvolvimento de ações para melhoria de qualidade de vida dos povos do campo; 7) Propor e executar políticas públicas; entre outros (TEMÁTICAS..., 2000).

2962

No Estado do Paraná, a Secretaria Estadual de Educação (SEED), coordena a proposta de uma Educação do Campo em função de exigências dos movimentos sociais do campo e das políticas governamentais desde o ano de 2003 (CALDART, 2008). A partir de 2006, passou a coordenar uma proposta de Educação do Campo que esteja na Rede Pública de Educação Básica do Estado (SOUZA E REIS, 2009).

3.1. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Analisar a legislação brasileira em relação à educação do campo é de suma importância para compreender este movimento. Dentre as normas principais está a LDB 9394/96, uma grande conquista para os trabalhadores do campo, pois confere independência às escolas rurais em relação às urbanas e estipula que os sistemas de ensino apresentem organização própria e

que adéquam seus conteúdos curriculares, metodologia e calendário escolar às reais necessidades, interesses e à natureza do trabalho dos alunos do ambiente rural (BRASIL, 1996).

Esta lei fortaleceu-se com outra importante conquista as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Em seu artigo 4º, determina qual a identidade da escola do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologias disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (SECAD/MEC, 2002).

Outras normas e diretrizes foram criadas em apoio a Educação do Campo no Brasil, cita-se:

- Resolução 2/2008: que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
- Parecer CNE/CP 009/2001, de 08 de maio de 2001;
- Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002;
- Documento enviado ao Conselho Nacional de Educação pela Coordenação-Geral da Educação do Campo do MEC intitulado: “Consulta ao CNE acerca de implantação de curso de licenciatura em Educação do Campo, no sistema universitário brasileiro, com vistas à formação de docentes que atuem na educação básica, em escolas do campo”;
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (CNE/CEB n. 007 de 10 de abril de 2010) (DOS SANTOS, 2011).

2963

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

O grau de envolvimento dos movimentos sociais em relação a essa temática é imenso. Foram anos de lutas para que a Educação do Campo fosse reconhecida como direito das pessoas que vivem no campo, pois “alimenta a esperança dos militantes nos territórios quilombolas, lotes, acampamentos e assentamentos”. (DOS SANTOS, 2011).

Os movimentos sociais começaram a ganhar força no fim da década de 50 e início da década de 60 e partir da década de 90 passaram a exigir que a Educação do Campo estivesse nos moldes apropriados (DOS SANTOS E MIGUEL, 2012).

Isso começou a acontecer após o I Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) em 1997, a partir de exigências do MST e CPT (Comissão Pastoral da Terra) que em paralelo com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), constitui-se em espaço de origem de uma política educacional para os assentamentos (PIRES, 2013). Ou seja, a busca por uma educação situada no campo, voltada para a cultura, calendário, lutas e a vida da população do campo (CARVALHO, 2006; NASCIMENTO, 2009).

Diversos movimentos sociais e organizações procuram direcionar as escolas do campo a se constituir de forma contrária aos valores capitalistas e a lógica patronal. Dentre estes movimentos, estão: as EFAs (Escola Família Agrícola), do MEB (Movimento de Educação de Base) que tem um trabalho com a alfabetização de jovens e adultos e do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) (NASCIMENTO, 2004).

Todos os movimentos e lutas sociais pela Educação do campo contribuem para a criação de políticas públicas, como a aprovação pela Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2002.

Conforme afirma Arroyo (1997), a Educação do Campo deve estar interligada aos movimentos sociais, pois constituem um processo educativo onde se constroem cultura, valores, atitudes, conscientização política etc., e assim auxiliam na humanização e mostram que o campo é um espaço de produção da vida e não apenas de mercadorias. Isso demonstra a importância desses “movimentos sociais, sindicais e de algumas pastorais na formação de políticas de liderança do campo e na luta pela reivindicação de direitos no acesso à terra, água, crédito diferenciado, saúde, educação, moradia, entre outras” (II CNEC, 2004).

2964

4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dentre os desafios e possibilidades encontrados pelos envolvidos na luta por uma Educação de Campo adequada, muitos foram discutidos nos eventos realizados em relação ao tema. A Tabela 1 apresenta alguns deles.

TABELA 1 – DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

DESAFIOS	• Capacitação dos educadores e transformação do conhecimento em ação;
	• Escolas para atender todas as crianças e jovens;
	• Falta de infra-estrutura;
	• Necessidade de uma política de valorização do magistério;
	• Necessidade de apoio às iniciativas de renovação pedagógica;

	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a Educação do Campo em espaços públicos e sistemas de ensino, etc. (KOLLING et al., 2002). 	
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento da diversidade de trabalhadores do campo brasileiro no momento de elaborar políticas educacionais (DE SOUZA, 2012). 	
	<ul style="list-style-type: none"> Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento; Propor e viver novos valores culturais; Valorizar as culturas do campo; Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo; Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização; Formar educadoras e educadores do campo; Produzir uma proposta de educação básica do campo; Envolver as comunidades neste processo; Acreditar na capacidade de produzir o novo; Implementar as propostas de ação da Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (VVAA,1999). 	
	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias entre universidades, movimentos e escolas públicas; Inserção da Educação do Campo na agenda política e normativa; Produção acadêmico-científica de natureza coletiva, etc. (DE SOUZA, 2012). 	
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da rede de escolas no campo; Ocupação com qualidade (MARTINS, 2009). 	
POSSIBILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar através de atividades educativas condições de trabalho e geração de renda para os/as jovens e adultos consigam viver com dignidade no campo e possam ter acesso aos bens culturais e sociais produzidos pela humanidade; Contribuir na formação de lideranças para que estas possam estimular e orientar o desenvolvimento técnico agro-ecológico em geral e comunitário, em particular, sem perder seus valores históricos e culturais; Desenvolver aspectos que potencializem uma maior valorização do campo, como espaço de criação e recriação de vida; Preparar o educando(a) para participar conscientemente e com preparo técnico fundamentado em um novo modelo de desenvolvimento do meio rural; Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos na agricultura, pecuária, pesca, no extrativismo e outras culturas, destinadas a possibilitar que a economia das comunidades e das regiões seja economicamente viável, com uso de técnicas adequadas para a recuperação e preservação ambiental (ROCHA et al., 2005). 	

Conforme explica Rocha et al. (2005), apesar de os problemas na educação estarem também na área urbana, no campo a questão é pior.

“Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, neste a situação é mais grave, pois além de não considerar a realidade sócio ambiental onde cada escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, como resíduo, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais, e muitas vezes ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos” (ROCHA et al., 2005).

Os desafios são históricos e muitos ainda serão enfrentados. Apesar de tudo que já foi conquistado em relação à Educação do Campo, até hoje o problema não foi resolvido, e isso pode ser observado nos altos índices de analfabetismo na zona rural do Brasil. Porém, muitas pesquisas têm sido realizadas em relação ao tema na busca pela implantação de políticas públicas.

4.1 TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA DO CAMPO

Perante todos os acontecimentos que envolvem e envolveram a Educação do Campo, os educadores do campo incentivam a recriação de um movimento social e cultural que valorize as características da comunidade campesina (ARROYO, 1997). A partir disso, surgem práticas inovadoras que enriquecem o debate e a reflexão de uma educação básica do campo (NASCIMENTO, 2004).

O grande percalço disso é que muitos professores que atuam na educação campesina não têm relação alguma com os movimentos sociais. Ou seja, são os concursados ou funcionários públicos desvinculados da real situação socioeconômica dos alunos, impedindo assim, a interação, conhecimento e diálogo entre ambos (NASCIMENTO, 2004). Por isso, “a perspectiva da Educação do Campo é a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos sociais” (PAESE, 2008).

Segundo este autor, é através da educação que os integrantes do MST irão repensar o seu meio e buscarão a transformação do meio, pois ela pode contribuir muito para promover as mudanças necessárias do quadro social. E, assim, a escola deve representar a trajetória do movimento, deve significar algo, fazer a diferença para uma vida futura.

Sendo assim, algumas características são essenciais para o educador que irá ensinar nas escolas do campo, conforme apresentado no Caderno de Educação.

- O professor deve participar da vida do assentamento. Só dar aulas não chega. Deve participar das discussões e ações principais do assentamento como um todo.

- O professor só será professor de verdade quando assumir de corpo, mente e coração esses princípios pedagógicos e os princípios do MST. Quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação. Quando participar das lutas do assentamento e dos trabalhadores em geral.
- O professor do MST deve ter preparo político e técnico. Deve ter clareza da proposta política dos trabalhadores sem-terra e trabalhadores em geral. deve estar capacitado para coordenar a caminhada coletiva das crianças. Deve buscar sempre um preparo melhor através de leitura, cursos, e conversa com outros professores.
- E importante que o professor do MST participe do sindicato dos professores e do setor de educação do MST (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1997).

Paese (2008), ainda acrescenta que o trabalho docente do educador está em interação permanente com as orientações educacionais do movimento, ao mesmo tempo em que permite revelar as continuidades e descontinuidades presentes na relação entre educador e movimento.

2967

4.2 ESTUDOS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO BRASIL

A temática “Educação do Campo” tem despertado o interesse de pesquisadores e estudiosos perante os grandes desafios enfrentados para o reconhecimento deste assunto no Brasil.

Diversos autores buscam através da revisão bibliográfica, ressaltar as características e importância da Educação do Campo no Brasil. Outros trabalhos são realizados enfatizando algum assentamento ou local do Brasil. Como por exemplo, o trabalho realizado por Pires (2013) em Lagoa do Itaenga/Pernambuco, em Caucaia/Ceará por Carvalho (2006) e na Universidade de Brasília (UnB) por Barbosa (2012).

Damasceno e Beserra (2004) ao pesquisarem estudos sobre educação rural no país, observaram uma quantidade mínima desta temática em relação a demais áreas. Os autores concluíram que esse desinteresse “também reflete o limite de pressão dos movimentos sociais rurais sobre o poder público”, ou seja, a pressão do MST.

Os autores acrescentam ainda a necessidade de apoio das instituições financiadoras de pesquisa, através da abertura de concursos ou programas de pesquisa sobre educação rural e

também, que o Ministério da Educação incentivasse os estudantes e pesquisadores a estudarem o tema.

Em contrapartida, Fernandes (2006) apresenta alguns fatores essenciais para que a pesquisa em Educação do Campo seja adequada.

“[...] a Pesquisa em Educação do Campo exige dos pesquisadores um conhecimento profundo dos paradigmas, uma atenção desdobrada na construção dos métodos de análise e nas escolhas dos procedimentos metodológicos. Esses cuidados são fundamentais para que os resultados das pesquisas não sejam genéricos, porque os territórios, o campo e as realidades específicas, por mais amplas que sejam, estamos tratando dos territórios camponeses” (FERNANDES, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do histórico da Educação do Campo é perceptível o quanto já foi alcançado em relação ao assunto, mas ainda é um processo inacabado e pouco estudado. A luta por uma educação básica de qualidade é um compromisso público e de direito àqueles que vivem do campo e no campo.

Vale ressaltar que tudo que já foi alcançado em relação à Educação do Campo é uma conquista dos movimentos sociais. A proposta educativa a qual almejam ultrapassa os limites da educação formal, na busca pela construção de um novo sujeito do campo.

É nítida a importância dos diversos autores que buscaram descrever a trajetória da Educação do Campo ao longo dos anos. Os estudos sobre educação no campo no Brasil são muito importantes porque tratam de um direito específico e historicamente negado a milhões de pessoas que vivem em áreas rurais. Eles buscam compreender e transformar a realidade escolar bem como valorizar a cultura e identidade dos sujeitos do campo que são agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, entre outros, na busca por políticas públicas específicas que atendam suas demandas.

Por fim, é importante destacar que muitos estudos voltados para esta temática vêm sendo desenvolvidos e desta forma, a compreensão do processo histórico, do conceito, desafios e possibilidades quanto a Educação do Campo fica mais evidente e urgente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

BARBOSA, A. I. C. **A organização do trabalho pedagógico na licenciatura em educação do campo/UNB: do projeto às emergências e tramas do caminhar**. 2012. 352 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria da Educação Básica. **Leis Básicas da Educação**. Fortaleza, CE, 1996.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CALDART, R. S. Sobre a Educação do Campo. In: Santos, C. A (Org.). **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília, DF: INCA; MDA, 2008, p. 67-86.

CARVALHO, S. M. G. **Educação do campo: PRONERA, uma política pública em construção**. 2006. 226 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, 2004.

DE SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 745-763, 2012. 2969

Documento Final da II Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia, 2004.

DOS SANTOS, J. B.; MIGUEL, T. B. Educação do Campo: um novo paradigma. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 2, p. 386-398, 2012.

DOS SANTOS, R. B. História e educação: avanços e possibilidades da educação do campo no Brasil. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, n. 1, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-40.

II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo. **Declaração final (versão preliminar)**. Luziânia, 2004. Disponível em: <www.slideshare.net/Escolas/declaracioniiconferenciaeducacaocampo> Acesso em 30 jul. 2025.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R. S. (Org.). **A educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 4).

MARTINS, F. J. **Educação do campo: processo de ocupação social e escolar**. In: II Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2008, São Paulo (SP). 2009. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSCo0000000920080001000006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2025.

MST. **Princípios da educação no MST**. São Paulo, Caderno de Educação, n. 8, 1997.

.NASCIMENTO, C. G. **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

NASCIMENTO, C. G. **Educação, Cidadania e Políticas Sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás**. Fórum Mundial de Educação – São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, M. A. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação no ecletismo pós-moderno**. 2008. 481f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

PAESE, C. R. **A história da educação nos movimentos sociais do campo no oeste paranaense: o caso Rio Bonito do Iguaçu (de 1980 a 2007)**. 2008. 57f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Colegiado de Pedagogia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2008.

PIRES, A. M. M. M. A Educação do campo como direito humano a uma escola pública de qualidade. In: Iranete Maria da Silva Lima; Maria Joselma do Nascimento Franco; Kátia Silva Cunha. (Org.). **Reflexões e ações sobre educação, estado e diversidade**. 23ed. Recife-PE: Ed.Universitária da UFPE, v. 4, p. 93-123, 2013.

2970

RIBEIRO, M.; ANTONIO, C. A. Estado e Educação: questões às políticas de educação do campo. In: XXIII Simpósio Brasileiro – V Congresso Luso Brasileiro – Colóquio Ibero-americano da Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração Escolar – ANPAE. 2007. **Anais...** Porto Alegre, 2007.

ROCHA, E. N.; PASSOS, J. C.; CARVALHO, R. A. Educação do campo: um olhar panorâmico. In: **Mídia educação para a diversidade**, Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SECAD/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CBE nº1 de 03 de abril de 2002. Brasília, 2002.

SECAD/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. In: HENRIQUES, R.; MARANGON, A.; DELAMORA, M. CHAMUSCA, A. (Org.). Brasília, 2007.

SOUZA, N. P.; REIS, R. M. **Educação do campo prática pedagógica**. 2009. 57f. Monografia (Especialização em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação Ensino de Geografia e História, Faculdade Integradas do Vale do Ivaí. Umuarama, 2009.

TEMÁTICAS abordadas na II Conferência Estadual. Articulação Paranaense: por uma educação do campo, v. 2. Porto Barreiro, 2000.

VVAA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Ed. Da UnB, 1999.